

O DIREITO DAS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS: DESAFIOS À INCLUSÃO SOCIAL

JOSUÉ ROCHA MUNIZ, KÁTIA VANESSA MENEZES DA SILVA, CARLOS EDUARDO RODRIGUES PARENTE, YARA DA SILVA PINHEIRO, ELIZABETH RODRIGUES DE SOUZA

Observa-se no mundo atual, um número significativo de pessoas portadoras de algum tipo de deficiência vivendo com muitas dificuldades, apesar do acesso à informação e à tecnologia. Este grupo se enquadra em categorias desprivilegiadas na sociedade, em virtude da falta de oportunidade, discriminação e complexidade no acesso a serviços essenciais e em particular à saúde. Diante desse contexto, o processo de inclusão se configura como um grande desafio em nossa sociedade. Sendo assim, o Direito se estabelece como importante elemento facilitador desse processo, haja vista que busca o equilíbrio e a qualidade das pessoas na aquisição de seus direitos inerentes. Nessa perspectiva, este projeto contempla o estabelecimento de modo democrático e eficaz, o conhecimento jurídico como instrumento imprescindível à aquisição de benefícios e garantias importantes para promover acesso igualitário e justo, na forma que a lei estabelece. As ações ocorrerão em espaços da Universidade Regional do Cariri (Unidade Descentralizada Iguatu) e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), por meio de oficinas, minicursos, apoio e informação aos familiares, palestras, encontros, dinâmicas, orientação e assistência jurídica com a parceria do Núcleo de Prática Jurídica da URCA/Iguatu, entre outros. Busca-se fundamentalmente esclarecer os direitos e deveres referentes às pessoas com necessidades especiais, com foco na Legislação pertinente. Além disso, doutrinas, jurisprudências, experiências, vivências, entre muitas outras dinâmicas são estudadas e desenvolvidas junto às pessoas com deficiência mental e/ou físicas e seus familiares, em consonância com as instituições públicas referenciadas, no sentido de promover a integração desse público com a comunidade de Iguatu e possibilitar educação e assistência em todos os aspectos. Espera-se assegurar acessibilidade e garantias constitucionais das pessoas com necessidades especiais, contribuir com o fortalecimento de vínculos entre Instituição de Ensino Superior e Saúde, em prol desse assistido que necessita de amparo, educação, saúde e assistência para tornar-se efetivamente cidadão de direitos e deveres. Além disso, agregar mais profissionais e acadêmicos da área jurídica e correlatas, assim como promover a troca de experiências entre docentes, discentes e comunidade, ratificando a importância da extensão da universidade no contexto do desenvolvimento do município e melhoria da qualidade de vida das pessoas.

PALAVRAS-CHAVE: DIREITO; NECESSIDADES ESPECIAIS; INCLUSÃO; CIDADANIA

ÁREA TEMÁTICA: DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA

FORMA DE APRESENTAÇÃO: ORAL